

ATA Nº 019/2025	SESSÃO ORDINÁRIA	DATA: 06/08/2025
-----------------	------------------	------------------

As 10h do dia 06/08/2025, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos na presença da Gestora de Recursos Financeiros, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:

Item 01 – Avaliação do Relatório Semanal “Focus” do Banco Central do dia 01/08/2025;

Item 02 – Avaliação da atual carteira de investimentos do Fundo de Previdência;

Item 03 – Definição do índice que será utilizado para aplicação dos recursos a receber até o dia 10/08/2025 do aporte financeiro para amortização do passivo atuarial, no montante de R\$ 5.547.729,15;

Item 04 – Aplicação dos recursos a receber relativos ao pagamento de cupons de juros semestrais do Fundo CI Caixa Brasil 2028 X TP RF RL, CNPJ: 50.470.807/0001-66.

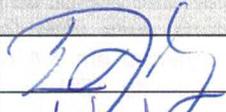
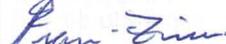
Resoluções:

Item 01 – O Comitê se reuniu para avaliar as projeções em relação a economia brasileira, considerando informações contidas no Boletim Focus do Banco Central. As expectativas de mercado apresentaram:

MEDIANA – AGREGADO	
Para o ano de 2025:	Para o ano de 2026:
IPCA – Diminuição	IPCA – Diminuição
PIB (% de crescimento) – Estabilidade	PIB (% de crescimento) – Diminuição
Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Estabilidade	Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Estabilidade
Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade	Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade
IGP-M – Diminuição	IGP-M – Aumento
IPCA Administrados (%) – Aumento	IPCA Administrados (%) – Estabilidade
Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Estabilidade	Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Estabilidade

De acordo com o Boletim Focus, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2025 foi reduzida para 5,07%, ante 5,09% na semana anterior. Para o ano de 2026, a expectativa de aumento do IPCA também declinou, de 4,44% para 4,43%. A perspectiva para o crescimento do PIB em 2025 foi mantida inalterada em 2,23%. Já para 2026, houve diminuição da estimativa de aumento do PIB de 1,89% para 1,88%, de uma semana para outra. Em relação ao câmbio, as expectativas para 2025 e 2026 da relação R\$/US\$ se mantiveram em 5,60 e 5,70, respectivamente. Da mesma forma, as perspectivas para a taxa Selic no fechamento de 2025 e 2026 permaneceram em 15% a.a. e 12,50% a.a. A projeção para o IGP-M de 2025 diminuiu para 1,33%, ante 1,60% na semana anterior. Em contrapartida, para 2026, a expectativa do IGP-M foi elevada de 4,42% para 4,43%. A estimativa do IPCA administrados para 2025 aumentou para 4,71%, ante 4,69% na semana anterior. Já a expectativa para o IPCA administrados de 2025 se manteve em 4,19%. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) continuou a ser projetada no patamar de 65,80% do PIB e 70,20% do PIB para 2025 e 2026, respectivamente. **Item 02** – A carteira de investimentos do Fundo de Previdência apresenta a seguinte composição: **CDI – 71,82%**; **IPCA+Juros – 23,59%** e **IRF-M – 4,59%**. A curva de juros futuros não sofreu significativa variação na última semana. Nos Estados Unidos, o PCE (Índice de Preços de Gastos com Consumo Pessoal) e seu núcleo subiram 0,3% em junho, conforme esperado; em 12 meses, houve alta de 2,6% e 2,8%, respectivamente – apresentando aceleração ante maio. Economistas estimam que a inflação tende a aumentar no segundo semestre devido ao repasse dos custos das tarifas para os produtos finais – tendo o presidente do *Federal Reserve (Fed)*, banco central nos EUA) feito comentário semelhante acerca do impacto inflacionário das tarifas. Em relação ao mercado de trabalho, de acordo com o relatório *Jolts (Job Openings and Labor Turnover Survey)*, o número de vagas disponíveis nos EUA permaneceu em 7,4 milhões em junho – analistas esperavam por 7,55 milhões. O Relatório Nacional de Emprego da ADP (*Automatic Data Processing*) divulgou que houve criação de 104 mil empregos no setor privado em julho, acima dos 73 mil postos esperados – depois de uma queda de 33 mil em junho. O *Payroll* (folha de pagamento), em contrapartida, demonstrou abertura de 73 mil vagas fora do setor agrícola em julho, ante esperado de 110 mil; com o dado de junho sendo revisado para baixo, para 14 mil. Com isso, a taxa de desemprego subiu de 4,1% em junho para 4,2% em julho. Os dados de emprego seguiram mistos, dificultando a possibilidade de corte de juros americano. Assim, conforme esperado, o Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) manteve a taxa de juros básica dos EUA no intervalo entre 4,25% a 4,50% a.a., mas teve uma votação com duas discordâncias, com a minoria desejando uma redução de 0,25 ponto percentual. A justificativa da decisão se manteve calcada na incerteza do cenário macroeconômico, que afeta o mercado de trabalho, embora este tenha se mantido sólido, e a inflação, que continuou relativamente elevada. Em relação ao nosso panorama interno, EUA colocou em vigor a tarifa de 50% sobre produtos brasileiros – a mais alta do mundo, acima até mesmo da China (30%). Quase 700 itens, porém, foram deixados de fora da tarifação. Alguns analistas viram essas retiradas como margem de negociação; outros, consideraram que os EUA precisam do Brasil para suprir sua demanda interna. Segundo a Rio Bravo Investimentos, a tarifa efetiva média, dessa forma, caiu de 50% para cerca de 29% a 31% para alguns setores, como energia e químicos. O

impacto econômico projetado varia: Kinea projeta efeito no PIB de 0,2 p.p.; a XP prevê apenas 0,15 p.p. de perdas; o Goldman Sachs não pretende mudar suas estimativas de crescimento. O Banco Central, contudo, aconselha cautela devido às incertezas sobre o efeito inflacionário das medidas. Frente a isto, o Brasil descartou realizar retaliações, mas pretende apresentar queixa formal à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as tarifas e está preparando um plano de contingência aos setores afetados, para proteção à indústria. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, as medidas incluem crédito para empresas e aumento de compras governamentais. Ainda, Haddad afirmou ter reunião marcada com o secretário do Tesouro dos EUA para avançar em negociações. Em relação aos dados, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgou abertura de 166.621 vagas formais de trabalho em junho, abaixo das 171.404 vagas esperadas. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, a taxa de desemprego alcançou o patamar de 5,8% no segundo trimestre de 2025 – menor índice de toda a série histórica. Outros recordes foram batidos, tais como: participação da população na força de trabalho alcançando 62,4%; nível de ocupação chegando a 58,8%; número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado somando 39 milhões; e renda média mensal alcançando R\$ 3.477,00. O setor público consolidado, em contrapartida, registrou um déficit primário de R\$ 47,091 bilhões em junho – pior que a estimativa de R\$ 40,9 bilhões –, sendo resultado do déficit de R\$ 43,527 bilhões do governo central, déficit de R\$ 2,610 bilhões das empresas estatais e superávit de R\$ 954 milhões dos estados e municípios. Com isso, a dívida pública bruta do Brasil passou a computar 76,6% do PIB, maior que a esperada. Ante esse cenário, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 15% a.a. Em sua ata, o colegiado continuou apresentando um tom duro acerca da insuficiência de disciplina fiscal, que pode minar os efeitos da política monetária, assim como pontuou a falta de clareza dos impactos da taxa de juros, a permanência de um mercado de trabalho dinâmico e da inflação ainda desancorada, o que justifica a manutenção de juros elevados por período prolongado. Na renda variável, o IBOV se mantém positivo. O índice sobe apenas 0,06% no mês, mas soma, no ano, alta de 10,70%, segundo dados do dia 05/08/2025, quando fechou em 133.151 pontos. Quanto a avaliação da carteira de investimentos, os membros do comitê de investimentos entendem adequada a manutenção de sua composição conservadora, com maior exposição aos fundos de índice CDI, que reduzem a volatilidade e tendem a garantir o cumprimento da meta atuarial (IPCA+5,05%) – de acordo com as expectativas de taxa Selic e inflação do Boletim Focus. **Item 3** – Diante do exposto, em relação aos valores a receber até o dia 10/08/2025, referente ao aporte para amortização do passivo atuarial, no montante de R\$ 5.547.729,15, o Comitê de Investimentos recomenda à Gestora de Recursos a aplicação no Fundo Caixa Brasil Matriz RF, a fim de manter a prudência na aplicação dos recursos do Fundo de Previdência, buscando um retorno previsível com a minimização dos riscos para a carteira. Observa-se que os demais recursos normalmente recebidos pelo RPPS até o dia 10 de cada mês, como a contribuição patronal normal e a alíquota para amortização do déficit atuarial, foram depositados pelo Poder Executivo em 29/07/25 e utilizados para garantir o pagamento da folha de benefícios do mês de julho/2025. **Item 4** – Acerca dos valores a receber referentes ao pagamento de cupons de juros semestrais do Fundo Caixa Brasil 2028 X TP RF RL, CNPJ: 50.470.807/0001-66, o Comitê sugere a aplicação no Fundo Bradesco FI Renda Fixa Referenciado DI Premium, CNPJ: 03.399.411/0001-90, de modo a manter a estratégia conservadora de alocação em CDI, ao mesmo tempo que busca um ativo que historicamente supera o índice de referência. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora do RPPS para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CGINV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CGINV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CGINV I	

Próxima Sessão Ordinária: 18/08/2025.

De acordo: 06/08/25.


Fabiana Neves de Vargas
Gestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

ATA Nº 020/2025

SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 19/08/2025

Às 14h, do dia 19/08/2025, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos, na presença da Gestora de Recursos Financeiros, em conjunto com o representante da empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda., Sérgio Stifelmann, o qual participou de forma remota, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:

Item 01 – Avaliação do Relatório Mensal de Investimentos do RPPS de Julho/2025, elaborado pela empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda.;

Item 02 – Avaliação da composição atual da carteira de investimentos.

Resoluções:

Item 01 – A reunião foi iniciada, com o presidente do Comitê de Investimentos, Adriano Scherer, passando a palavra ao representante da Empresa Gestor Um Consultoria para apresentar o Relatório Mensal de Investimentos do RPPS referente a julho de 2025. Iniciando sua apresentação, Sérgio Stifelmann destacou o resultado da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, que auferiu rentabilidade de 0,95% em julho, ante uma meta atuarial de 0,67% para o mês. Para Sérgio, a tensão diplomática entre Brasil e Estados Unidos dominou a pauta econômica no mês de julho, com impacto negativo nos preços dos títulos públicos brasileiros. Esse fator contrastou com os dados favoráveis de inflação e câmbio domésticos para o mês, ao passo que ambas as variáveis parecem estar respondendo à política monetária restritiva. Enquanto os indicadores apontam para um futuro relativamente promissor no curto prazo, a volatilidade da política interna e externa tem o potencial de mudar esta perspectiva. O ambiente global foi de maior tensão geopolítica em julho, tendo em vista a evolução dos conflitos no Oriente Médio e os desdobramentos na política internacional. No entanto, a transmissão desta tensão para os preços internacionais permaneceu limitada, com a cotação do petróleo e do dólar relativamente comportados. Com EUA, China e Europa apresentando crescimentos sólidos, sustentando o comércio internacional, e, ao mesmo tempo, com indicadores de inflação comportados, expande-se o espaço para os EUA retomar o seu ciclo de cortes de juros em breve, potencialmente com reflexos semelhantes sobre as economias periféricas. Os próximos capítulos da guerra tarifária, no entanto, são pouco previsíveis, dada a volatilidade das decisões do presidente dos EUA. A imposição de tarifas de até 50% sobre os produtos brasileiros exportados para os EUA (a maior entre todos os países tarifados) teve efeitos importantes sobre os ativos financeiros brasileiros, especialmente sobre os títulos públicos. A lista de exceções concedidas por Trump amenizou estes efeitos, anulando as tarifas para quase 700 produtos. Entretanto, o efeito prático sobre a economia nacional ainda é forte, exigindo medidas governamentais de ajuda financeira aos setores mais atingidos. Estas medidas pressionam ainda mais as finanças públicas, em adição à já delicada situação fiscal, com efeito sobre os juros futuros – que puderam ser sentidos no mês de julho. Do ponto de vista formal, o governo ainda promete cumprir a meta fiscal de 2025, visto que esta despesa ficará fora do cálculo, além de outras medidas de aumento da arrecadação indicadas pelo governo, como a antecipação de receitas de leilão de campos de petróleo. A curva de juros teve forte abertura nos vértices mais longos em julho, impactando negativamente os índices IMA de maiores *durations*. O IMA-Geral rendeu apenas 0,57% no mês, enquanto o CDI subiu 1,28% no mesmo período. O IMA-B5+ e o IMA-B tiveram as piores performances, caindo 1,52% e 0,79% respectivamente. Os índices de títulos prefixados também tiveram performances fracas, porém melhores que seus pares pós-fixados por conta das menores *durations*. O Ibovespa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

também caiu em julho, com performance de -4,17% no mês e de 10,63% no acumulado de 2025. Diante disso, Sérgio considerou uma possível redução do índice CDI em 5%, porém entendeu que a atual carteira de investimentos está adequada ao cenário de incertezas, devendo ser monitorada para a definição do possível ajuste na alocação e do momento ideal para proceder a essa diversificação. **Item 02** – Finalizada a apresentação do Relatório de Investimentos do mês de julho/2025, os membros do Comitê de Investimentos passaram a avaliar a atual composição da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, a qual apresenta a seguinte distribuição: **CDI – 72,25%; IPCA+Juros – 23,20% e IRF-M – 4,55%**. Quanto a avaliação da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, esta se encontra alocada essencialmente no índice menos volátil do mercado, o CDI. Essa concentração se mostra uma estratégia prudente do Instituto, de modo a enfrentar as incertezas de conjunturas interna e externa adversas, ao mesmo tempo em que se posiciona ante o cenário macroeconômico e uma taxa de juros elevada, minimizando os riscos de oscilação da carteira e garantindo uma rentabilidade que, em sua parte indexada ao CDI, ficará acima da meta (IPCA + 5,05%), de acordo com as expectativas do Boletim Focus para a Taxa Selic e o IPCA. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora do RPPS para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CGINV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CGINV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CGINV I	

Próxima Sessão Ordinária: 26/08/2025.

De acordo: 19/08/25.

Fabiana Neves de Vargas
Gestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I



ATA Nº 021/2025

SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 26/08/2025

Às 14h do dia 26/08/2025, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos na presença da Gestora de Recursos Financeiros, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:

Item 01 – Avaliação do Relatório “Focus” Semanal do Banco Central do dia 22/08/2025;

Item 02 – Avaliação da atual carteira de investimentos do Fundo de Previdência do IPASSP-SM, bem como definição dos recursos para pagamento da folha de benefícios previdenciários do mês de agosto/2025;

Item 03 – Aplicação dos recursos de contribuições dos servidores, com recebimento até 05/09/2025;

Item 04 – Credenciamento de instituições financeiras e fundos de investimento para o período 2025-2027.

Resoluções:

Item 01 – O Comitê se reuniu para avaliar as projeções em relação a economia brasileira, considerando as informações contidas no Boletim Focus do Banco Central. As expectativas de mercado apresentaram:

MEDIANA – AGREGADO

Para o ano de 2025:	Para o ano de 2026:
IPCA – Diminuição	IPCA – Diminuição
PIB (% do crescimento) – Diminuição	PIB (% do crescimento) – Diminuição
Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Diminuição	Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Diminuição
Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade	Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade
IGP-M – Diminuição	IGP-M – Diminuição
Preços Administrados (%) – Diminuição	Preços Administrados (%) – Diminuição
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB) – Estabilidade	Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Diminuição

De acordo com o Boletim Focus, a projeção dos agentes em relação ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2025 foi reduzida para 4,86%, ante 4,95% na semana anterior. Para 2026, a expectativa de aumento no índice de preços também foi minimizada, de 4,40% para 4,33%, de uma semana para outra. No mesmo sentido, a perspectiva de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025 caiu para 2,18%, ante 2,21% na semana anterior. Para 2026, a projeção de crescimento do PIB foi marginalmente reduzida, de 1,87% para 1,86%. A expectativa para o fechamento do câmbio em 2025 diminuiu para uma relação R\$/US\$ de 5,59, ante R\$ 5,60 na semana anterior. Da mesma forma, para 2026, a perspectiva de precificação do dólar caiu, de R\$ 5,70 para R\$ 5,64. Em relação a taxa de juros básica da economia, as projeções para a Selic terminal de 2025 e de 2026 permaneceram em 15% a.a. e 12,50% a.a, respectivamente. A expectativa para o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) em 2025 vem caindo substancialmente há 15 semanas e, desta vez, passou de 1,13% para 1,04%. Para 2026, também houve queda na perspectiva do IGP-M, para uma suba dos preços na ordem de 4,27%, ante 4,32% na semana anterior. Em relação ao IPCA administrados, a projeção para 2025 foi reduzida de 4,72% para 4,70%. Para 2026, o mercado também diminuiu a projeção de alta dos preços administrados, de 4,18% para 4%. A expectativa da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) para 2025 continuou no patamar de 65,80% do PIB. Já para 2026, a projeção para a DLSP foi reduzida para 70% do PIB, ante 70,10% do PIB na semana anterior. **Item 02** – A carteira de investimentos do Fundo de Previdência, apresenta a seguinte composição: **CDI – 72,98%**; **IPCA+Juros – 22,47%** e **IRF-M – 4,55%**. Na semana passada, a curva de juros, que havia caído nas duas semanas anteriores, voltou a subir. Nos Estados Unidos, os dados de inflação causaram reações discrepantes do mercado. O CPI (Índice de Preços ao Consumidor) subiu 0,2% em julho e 2,7% em 12 meses – analistas esperavam 0,2% e 2,8%. Isso reforçou as perspectivas de que o *Federal Reserve* (*Fed*, banco central americano) dará início ao relaxamento monetário e fez com que a maioria das bolsas na Europa subissem, embora o núcleo do CPI tenha apresentado maior pressão sobre os preços, com alta de 0,3% em julho e 3,1% anual. Por outro lado, o núcleo do PPI (Índice de Preços ao Produtor) subiu 0,9% em julho e, em 12 meses, avançou 3,7% – ante expectativas de 0,2% e 2,9%, respectivamente. O índice cheio do PPI, da mesma forma, avançou 0,9% e, na comparação anual, somou alta de 3,3% – projeções apontavam para 0,2% e 2,4%, respectivamente –; causando, assim, diminuição das expectativas de corte da taxa de juros. O Índice de Gerentes de Compras (PMI) composto preliminar de agosto, por sua vez, subiu para 55,4, com o PMI industrial tendo ampliado de 49,8 para 53,3 pontos. A S&P Global – que divulga o PMI – afirmou que a atividade empresarial cresceu neste mês no ritmo mais rápido do ano e, embora a confiança de empresas tenha melhorado, ainda permaneceu mais fraca que no início de 2025. Diante disso, Jerome Powell, presidente do *Fed*, em conferência anual realizada pela autoridade monetária, o Simpósio de Jackson Hole, fez declarações sobre o corte de juros com uma mudança no tom, “abrindo a porta” para uma queda em setembro, principalmente devido aos riscos crescentes no mercado de trabalho, que podem ganhar maior peso na decisão. Com isso, corretoras corrigiram suas estimativas e o mercado passou a precificar 87% de chance de um corte de 0,25 ponto percentual na próxima reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC, na sigla em inglês) – ante 75% de chance antes do discurso. No campo comercial, há duas semanas, EUA e China haviam prorrogado a trégua comercial por 90 dias, possibilitando que as duas maiores economias do mundo resolvessem suas diferenças tarifárias. Mais recentemente, porém, Trump ameaçou impor uma tarifa de 200% sobre os produtos chineses se o país não aumentar as exportações de ímãs de terras raras para os EUA, ampliando a tensão comercial e do mercado. Internamente, as medidas do plano “Brasil Soberano” – lançado



IPASSP-SM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

pelo governo para conter os efeitos do “tarifaço” – incluíram R\$ 30 bilhões em crédito subsidiado, compras públicas sem licitação, apoio direto a produtores e restituição de impostos. O Ministério da Fazenda definiu critérios para a priorização de empresas afetadas, ou seja, as menores companhias e as firmas mais expostas às tarifas de Trump terão acesso a condições mais favoráveis de financiamento. Acerca das contas públicas, porém, diferente do prometido pela Fazenda, o Planalto decidiu retirar parte desses gastos da meta fiscal. Isso ampliou a preocupação de analistas com a credibilidade do arcabouço, já que a banda de tolerância de 0,25% do PIB deveria servir para absorver tais choques. Outros desdobramentos também preocupam, pois a “contabilidade criativa” não resolverá o problema da dívida pública, que terá esses valores contabilizados. Além disso, ao injetar dinheiro na economia, pode haver expansão de demanda e do consumo e, com o desemprego no menor nível da série histórica, isso pode atrasar a redução da Selic e, conseqüentemente, aumentar o custo do Tesouro com a rolagem da dívida. Em relação a isso, no início do mês, o Tesouro Nacional já havia publicado Relatório de Projeções Fiscais com estimativa de que a dívida pública bruta do governo federal poderá atingir 84,3% do PIB em 2028. Analistas alertaram para o panorama fora de controle do endividamento e para as atuais regras fiscais insustentáveis. No Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central, estima-se que a relação dívida-PIB chegue a 80% em 2025 e 93,5% em 2035. Já a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, no Relatório de Acompanhamento Fiscal de junho, chegou a uma projeção ainda maior, de dívida de 124,9% do PIB em 2035. De toda forma, percebe-se que o governo não está conseguindo zerar o déficit primário e o problema não está residindo na arrecadação, que atingiu um recorde de R\$ 2,7 trilhões em 2024, nem no PIB, que vem crescendo mais de 3% ano desde 2021; tornando urgente uma reforma estrutural de enxugamento de gastos. Em evento, o ex-presidente do Bacen, Roberto Campos Neto, declarou ser preciso um “choque positivo” com ajustes fiscais para que haja uma queda estrutural do juro e possa haver manutenção de juros baixos de forma duradoura. Em relação a renda variável, o Ibovespa continuou auferindo ganhos em agosto. No mês, o índice sobe 3,72% e, no ano, sua alta soma 14,74%, chegando aos 138.025 pontos, segundo dados do dia 25/08/2025. Quanto à avaliação da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, sua concentração em CDI foi considerada adequada para a busca do melhor retorno ajustado ao risco frente ao cenário atual. Esta carteira conservadora, no momento atual, tende a proporcionar o atingimento da meta atuarial, devido à taxa básica de juros em patamar elevado, com menor volatilidade. Em relação ao resgate para pagamento da folha de benefícios previdenciários do mês de agosto/25, no montante de R\$ 21.234.948,22, é sugerido à Gestora de Recursos unicamente o resgate total dos recursos aplicados no Fundo Caixa Brasil Matriz RF da conta de fluxo financeiro, cujo montante, em 25/08/2025, se encontrava em R\$ 1.133.684,65, tendo em vista que 97,85% dos recursos investidos tem origem em aportes para o equacionamento do déficit atuarial, os quais devem ser mantidos por 5 anos, conforme inciso II, § 8º do art. 55 da Portaria MTP nº 1.467/2022. Adicionalmente, caberá ao Poder Executivo cobrir o pagamento dos benefícios previdenciários. Quanto ao resgate necessário para cobrir a folha de pagamento de servidores ativos do quadro de pessoal do IPASSP-SM, o Comitê recomenda o resgate do fundo BB Previdenciário Perfil, vinculado à taxa de administração. **Item 03** – Quanto aos recursos previdenciários a receber até a próxima reunião, o Comitê sugere aplicação no Fundo Caixa BR Matriz RF, na conta destinada ao fluxo financeiro, a fim de recompor parte dos recursos para pagamento da folha de benefícios. Em relação a eventuais recursos de contribuição previdenciária patronal suplementar, caso sejam recebidos até o dia 05/09/2025, recomenda-se à Gestora a aplicação no Fundo Caixa BR Matriz RF, com o intuito de manter a carteira conservadora e viabilizar a melhor rentabilidade ajustada ao risco. **Item 04** – O Comitê de Investimentos concluiu o Processo 01/2025 para credenciamento instituições financeiras e fundos de investimento que vigerá no período de 2025 a 2027, o qual será apresentado ao Conselho Deliberativo, conforme legislação e Política de Investimentos vigentes. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata, que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CG INV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CG INV I	
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CG INV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CG INV I	
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CG INV I	

Próxima Sessão Ordinária: 09/09/2025

De acordo: 26/08/25.

Fabiana Neves de Vargas
Gestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I